

Legislação

CAPÍTULO I – ANM – AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO (DNPM):

PORTARIA Nº 67, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2014 - Altera a Portaria nº 374, de 1º outubro de 2009, publicada no DOU de 07/10/2009, que aprova a Norma técnica que dispõe sobre as especificações Técnicas para o Aproveitamento de água mineral, termal, gasosa, potável de mesa, destinadas ao envase, ou como ingrediente para o preparo de bebidas em geral ou ainda destinada para fins balneários, em todo o território nacional.

PORTARIA DNPM Nº 128, DE 25 DE MARÇO DE 2011 – Altera a portaria DNPM Nº 387, de 19 de Setembro de 2008, publicada no DOU de 23 de Setembro de 2008.

PORTARIA Nº 374, DE 1º OUTUBRO DE 2009 - Aprova a Norma Técnica que dispõe sobre as Especificações Técnicas para o Aproveitamento de água mineral, termal, gasosa, potável de mesa.

PORTARIA Nº 387, DE 19 DE SETEMBRO DE 2008 – Disciplina o uso das embalagens plástico garrafão retornável, destinadas ao envasamento e comercialização de água mineral e potável de mesa e dá outras providências.

PORTARIA Nº 388, DE 19 DE SETEMBRO DE 2008 – Disciplina a utilização das águas minerais e potáveis de mesa regidas pelo Código de Águas Minerais (decreto-lei Nº 7.841 de 08 de agosto de 1945) como ingrediente no preparo de bebidas em geral. Portaria Nº 389, de 19 de Setembro de 2008 – Permite o uso de embalagens cartonadas com revestimento plástico ou celulósico e aquelas com revestimento em filme transparente multicamada para o envasamento de água mineral.

PORTARIA Nº 392, DE 21/12/2004 - revisão e atualização da Portaria nº 40, de 10 de fevereiro de 2000. PORTARIA Nº 392, DE 26/07/2012 - Altera as Portarias n.º 199, de 14 de julho de 2006, e 266, de 10 de julho de 2008.

PORTARIA Nº 470/99 - MME - Dispõe sobre as características básicas dos rótulos das embalagens de águas minerais e potáveis de mesa.

PORTARIA N.º 805/78-MME/MS - Estabelece instruções em relação ao controle e fiscalização sanitária das águas minerais destinadas ao consumo humano.

DECRETO-LEI Nº 7.841, DE 8 DE AGOSTO DE 1945 - Código de águas minerais.

DECRETO Nº 62.934, DE 2 DE JULHO DE 1968 - Regulamento do código de mineração.

CAPÍTULO II – SAÚDE:

PORTARIA CVS 5, DE 09 DE ABRIL DE 2013 - Aprova o regulamento técnico sobre boas práticas para estabelecimentos comerciais de alimentos e para serviços de alimentação, e o roteiro de inspeção, anexo.

Portaria CVS Nº 6/99, de 10 de março de 1999 – Regulamento técnico sobre os parâmetros e critérios para o controle higiênico sanitário em estabelecimento de alimentos.

INSTRUÇÃO NORMATIVA IN Nº 9, DE 17 DE AGOSTO DE 2009 - Dispõe sobre a relação de produtos permitidos para dispensação e comercialização em farmácias e drogarias.

RDC Nº 14, DE 28 DE MARÇO DE 2014 - Dispõe sobre matérias estranhas macroscópicas e microscópicas em alimentos e bebidas, seus limites de tolerância e dá outras providências.

PORTARIA CVS-15, DE 7 DE NOVEMBRO DE 1991 - Normatizar e padronizar o transporte de alimentos para consumo humano.

RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADA RDC Nº 17, DE 17 DE MARÇO DE 2008 - Regulamento Técnico que estabelece os Parâmetros e Critérios para o Controle Higiênico-Sanitário em Estabelecimentos de Alimentos.

RESOLUÇÃO RDC Nº 20, DE 26 DE MARÇO DE 2008 - Dispõe sobre o Regulamento Técnico sobre embalagens de polietileno tereftalato (PET) pós-consumo reciclado grau alimentício (PET-PCR grau alimentício) destinados a entrar em contato com alimentos.

RDC Nº 24, DE 08 DE JUNHO DE 2015 - Dispõe sobre o recolhimento de alimentos e sua comunicação à Anvisa e aos consumidores.

RESOLUÇÃO RDC Nº 51, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2010 - Dispõe sobre migração em materiais, embalagens e equipamentos plásticos destinados a entrar em contato com alimentos.

RESOLUÇÃO RDC Nº 52, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2010 - Dispõe sobre corantes em embalagens e equipamentos plásticos destinados a estar em contato com alimentos.

RESOLUÇÃO Nº 105, DE 19 DE MAIO DE 1999 - Regulamento técnico disposições gerais para embalagens e equipamentos plásticos em contato com alimentos.

RESOLUÇÃO RDC Nº 175, DE 08 DE JULHO DE 2003 - Aprova "Regulamento Técnico de Avaliação de Matérias Macroscópicas e Microscópicas Prejudiciais à Saúde Humana em Alimentos Embalados".

RESOLUÇÃO RDC Nº 259, DE 20 DE SETEMBRO DE 2002 - Aprova o Regulamento Técnico sobre Rotulagem de Alimentos Embalados.

RESOLUÇÃO RDC Nº 274, DE 22 DE SETEMBRO DE 2005 - Aprova o "Regulamento técnico para águas envasadas e gelo".

RESOLUÇÃO RDC Nº 275, DE 21 DE OUTUBRO DE 2002 - Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Procedimentos Operacionais Padronizados aplicados aos Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos e a Lista de Verificação das Boas Práticas de Fabricação em Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos.

RESOLUÇÃO RDC Nº 275, DE 22 DE SETEMBRO DE 2005 - Aprova o "Regulamento técnico de características microbiológicas para água mineral natural e água natural".

RESOLUÇÃO RDC Nº 278, DE 22 DE SETEMBRO DE 2005 - Aprova as categorias de Alimentos e Embalagens Dispensados e com Obrigatoriedade de Registro.

PORTARIA SVS/MS Nº 326, DE 30 DE JULHO DE 1997 - Aprova o Regulamento Técnico "Condições Higiênicas Sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos".

PORTARIA Nº 518, DE 25 DE MARÇO DE 2004 - Estabelece os procedimentos e responsabilidades relativos ao controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade, e dá outras providências.

PORTARIA Nº 2619, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2011 - Regulamento de Boas Práticas e de Controle de condições sanitárias e técnicas.

LEI Nº 10.674, DE 16 DE MAIO DE 2003 - Obriga que os produtos alimentícios comercializados informem sobre a presença de glúten, como medida preventiva e de controle da doença celíaca.

RESOLUÇÃO-RDC No- 27, DE 6 DE AGOSTO DE 2010 Dispõe sobre as categorias de alimentos e embalagens isentos e com obrigatoriedade de registro sanitário.

RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 240, DE 26 DE JULHO DE 2018 (Publicada no DOU nº 144, de 27 de julho de 2018) Altera a Resolução - RDC nº 27, de 6 de agosto de 2010, que dispõe sobre as categorias de alimentos e embalagens isentos e com obrigatoriedade de registro sanitário.

PORTARIA 5/2017 | Padrões de potabilidade da água para consumo humano.

CAPÍTULO III – AUXILIARES:

ABNT NBR N° 14.222 – Embalagem plástica para água mineral e de mesa – garrafão retornável. Requisitos e métodos de ensaio.

ABNT NBR 14.328 – Embalagem plástica para água mineral e potável de mesa – Tampa para garrafão retornável – Requisitos e Métodos de ensaio.

ABNT NBR 14.637 – Embalagem plástica para água mineral e potável de mesa – Garrafão retornável – Requisitos para lavagem, enchimento e fechamento.

ABNT NBR 14.638 – Embalagem plástica para água mineral e potável de mesa – Garrafão Retornável – Requisitos para distribuição.

PORTARIA N° 157/02/INMETRO, de 19 de agosto de 2002 – indicação quantitativa do conteúdo líquido.
PORTARIA N° 191, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2003 – Padronização de bebedouros.

PORTARIA INMETRO N° 248 DE 17 DE JULHO DE 2008 - Aprova o Regulamento Técnico Metrológico que estabelece os critérios para verificação do conteúdo líquido de produtos pré-medidos com conteúdo nominal igual, comercializados nas grandezas de massa e volume.

PORTARIA N.º 307, DE 01 DE JULHO DE 2014 - Aprovar os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Água Mineral Natural e Água Natural Envasadas e instituir, no âmbito do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade – SBAC, a certificação voluntária para Água Mineral Natural e Água Natural Envasadas.